



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

OUVIDORIA
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

RELATÓRIO - ANO DE 2022

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2023.

INTEGRANTES

Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum,
Ouvidor da JME

Desembargador Militar Rodrigo Mohr Picon,
Ouvidor Substituto da JME

Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva,
Ouvidora da Mulher da JME

Apoio:

Herbert Schonhofen,
Assessor de Desembargador

Jaqueline Prates da Cunha Pires,
Assessora de Desembargadora

Olavo Garcia Renner,
Assessor de Desembargador

Dionês Gabana de Souza,
Oficial de Gabinete

Silvia Terezinha Corrêa,
Oficial de Gabinete

Simone Feijó Corrêa
Oficial de Gabinete

Felipe Petrus
Servidor da ouvidoria

1. APRESENTAÇÃO

A ouvidoria da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (JME) foi instituída pela Resolução TJM/RS nº 065/2009, com a finalidade de receber sugestões, críticas e reclamações dos jurisdicionados, advogados, servidores e cidadãos, acerca das atividades jurisdicionais e administrativas prestadas pela Justiça Militar, buscando a eficiência na prestação jurisdicional e a excelência na gestão administrativa. A função de Ouvidor era exercida pelo Corregedor-Geral da JME, que cumulava as funções.

No ano de 2022, a ouvidoria da JME inaugurou uma nova e importante fase, adequando-se ao disposto na Resolução nº 432/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), constituindo-se, agora, em órgão autônomo, integrante da alta administração do Tribunal de Justiça Militar e essencial à administração da Justiça. Em virtude da nova resolução do CNJ, o Ouvidor dos tribunais e seu substituto são eleitos pelo Pleno, permitida a reeleição e fica vedada a acumulação com cargos.

Assim, no ano de 2022, o tribunal publicou a Resolução TJM/RS nº 275/2022, contemplando importantes medidas, destacando-se a eleição para ouvidor e ouvidor substituto para um mandato de 02 (dois) anos e a instituição da Ouvidoria da Mulher, que tem autonomia para atuação em defesa dos interesses das mulheres vítimas de violência. Pelo ineditismo, registramos que no ano de 2022 a Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva foi designada para exercer a função de Ouvidora da Mulher (Portaria nº 115/2022).

A Ouvidoria encontra-se situada no andar térreo do tribunal, de fácil acesso. Na sua estrutura temos um servidor efetivo (Portaria nº 136/2022), além do apoio dos servidores lotados nos gabinetes dos Desembargadores Militares eleitos para a função de Ouvidor e Ouvidor Substituto e do gabinete da Desembargadora Militar, Ouvidora da Mulher.

A Ouvidoria da JME se trata de um canal permanente de comunicação entre a JME e a sociedade, usuários e tem por finalidade principal receber sugestões, críticas e reclamações dos jurisdicionados, advogados, servidores e cidadãos, acerca das atividades jurisdicionais e administrativas prestadas pela Justiça Militar, buscando a eficiência na prestação jurisdicional e a excelência na gestão administrativa.

2. AÇÕES

No ano de 2022, visando dar maior efetividade ao princípio da eficiência do serviço, citamos, entre outras, as seguintes ações, proposições e demandas: sala própria da ouvidoria e ouvidoria da mulher; lotação de um servidor efetivo; produção de uma cartilha com informações básicas sobre a JME e ouvidoria da JME; termo aditivo ao termo de cooperação com os poderes e órgãos do Estado do Rio Grande do Sul; ferramenta do Balcão Virtual; trabalho em conjunto com o Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais; implemento da relação institucional com outras ouvidorias.

2.1. CARTILHA

Neste ano elaboramos uma cartilha com algumas informações básicas e importantes sobre a Justiça Militar Estadual e a Ouvidoria (**Cartilha – Conhecendo a Justiça Militar Estadual e sua Ouvidoria**). De forma clara e direta, dizemos ao cidadão: o que é, para que serve, como funciona, o que faz e como faz a ouvidoria. Esse é o objetivo da gestão atual da Ouvidoria, levar à sociedade em geral e não apenas aos nossos jurisdicionados, informações que possibilitem o conhecimento, mas principalmente que nos aproximem, como mais uma ferramenta na busca da excelência na prestação do serviço público (SEI 9.2022.0700.001174-9).

A cartilha pode ser acessada pelo seguinte link:
<https://heyzine.com/flip-book/48db71c5c4.html#page/1>.

2.2. TERMO DE COOPERAÇÃO

No mês de dezembro de 2022, o TJM, por meio de seu ouvidor, firmou, em conjunto com a Assembléia Legislativa/RS, o Tribunal de Justiça/RS, Ministério Público/RS, Defensoria Pública/RS e o Tribunal de Contas/RS, o primeiro termo aditivo ao Termo de Cooperação nº 01/2017, para criação da rede de ouvidorias públicas do estado - "Rede RS de Ouvidorias Públicas", que tem por objeto consolidar a parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre os partícipes e os demais órgãos e entidades que a ele aderirem, visando a fomentar a criação de ouvidorias públicas municipais e o compartilhamento das manifestações registradas pelos cidadãos, fortalecendo, assim, a ferramenta de transparência pública e controle social (SEI 9.2022.0700.001719-4).

2.3. BALCÃO VIRTUAL DA OUVIDORIA



A ouvidoria, no mês de outubro de 2022, regulamentou o Balcão Virtual no âmbito da JME (Provimento nº 01/2022-Ouvidoria). Referida regulamentação se deu em atenção ao disposto no § 4º do art. 7º da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que disciplina que o atendimento da Ouvidoria dos tribunais deverá priorizar o Balcão Virtual previsto na Resolução CNJ nº 372/2021 (SEI 9.2022.0700.001483-7).

2.4. ESPAÇO SINAL VERMELHO



A ouvidoria, em conjunto com a comissão de incentivo à participação institucional feminina da JME, presta apoio ao “Espaço Sinal Vermelho”, que é destinado ao acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência doméstica e familiar, buscando contribuir para o seu enfrentamento, além de propiciar um novo espaço institucional de reflexão sobre a violência. www.tjmrs.jus.br/espacosinalvermelho.

3. PRINCIPAIS OBJETIVOS DA OUVIDORIA

- funcionar como espaço de participação social, colaborando com a efetivação do Estado Democrático de Direito;
- viabilizar o exercício dos direitos de cidadania e fomentar a participação social, auxiliando na transparência institucional e na promoção da qualidade do serviço público;
- promover a efetividade dos direitos humanos ao ouvir, reconhecer e qualificar as manifestações apresentadas pelos cidadãos;

- atuar na defesa da ética, da transparência e da eficiência da prestação do serviço público;

- estimular a conscientização dos usuários sobre o direito de receber um serviço público de qualidade e atuar na busca de soluções para os problemas apresentados;

- receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento até a sua efetiva conclusão perante o órgão;

- promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o Tribunal, atuando no sentido de construir soluções pacíficas, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

4. PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

- MANIFESTAÇÕES: recebemos manifestações e diligenciamos perante os setores administrativos competentes e prestamos informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos da JME;

- INFORMAÇÕES – SUGESTÕES – DENÚNCIAS - ELOGIOS: recebemos informações, sugestões, denúncias e elogios sobre as atividades da Justiça Militar, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas;

- RECLAMAÇÕES: promovemos a tramitação das reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços, abusos e erros cometidos por servidores, magistrados, colaboradores e/ou terceiros;

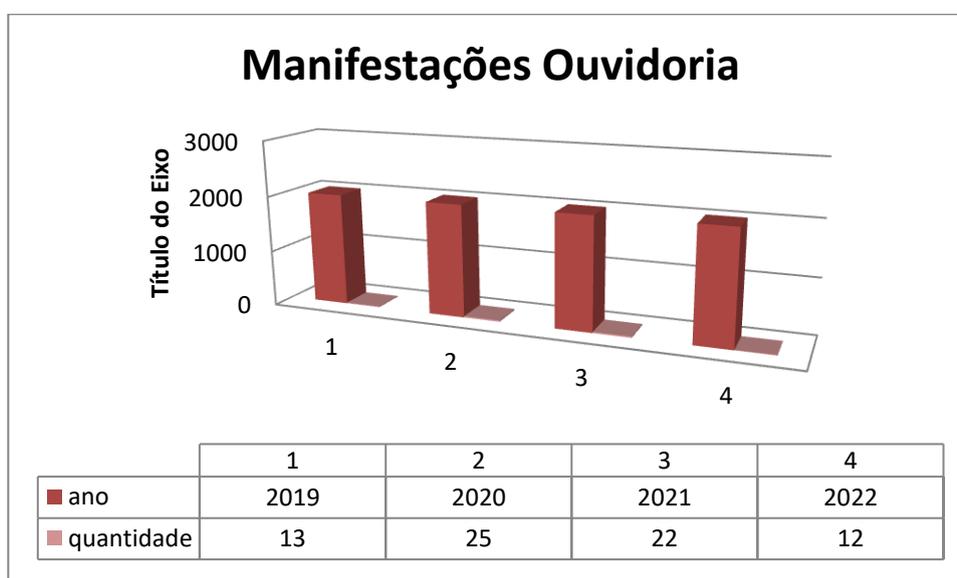
- Funcionamos como instrumento de aprimoramento da gestão pública, por meio do encaminhamento aos demais órgãos e unidades administrativas da justiça militar de sugestões e propostas tendentes ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas manifestações recebidas.

5. DEMANDAS RECEBIDAS

No ano de 2022 tramitaram 12 expedientes. Isso representa uma diminuição de 54% em relação ao ano de 2021.

6. MANIFESTAÇÕES – DENÚNCIAS - SUGESTÕES

Manifestações Ouvidoria 2020/2021/2022			
Origem	Atendido	Pendente	Total
Site/e-mail 2020	13	00	13
Site/e-mail 2021	12	00	12
Total Site/e-mail	25	00	25
eAdmin 2019	13	00	13
eAdmin 2020	12	00	12
eAdmin 2021	10	00	10
Observação	Todas as demandas são inseridas e tramitam no sistema eAdmim.		
Presencial 2022	03	00	03
eAdmin 2022	08	00	08
Ouvidoria da mulher formulario eletrônico	01	00	01
Total	12	00	12



7. PRINCIPAIS REUNIÕES – EVENTOS – ANO DE 2022

09/03/2022 – Reunião da Rede Nacional de Ouvidorias.

02/06/2022 – Inauguração do Espaço Ouvidoria.

09/06/2022 – Reunião com o Ouvidor do TJRS e Presidente do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD), Desembargador Altair de Lemos Junior.

14/06/2022 - Apresentação da Ouvidoria da Mulher à Ouvidora da Mulher do CNJ.

23 e 24/06/2022 - IV Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais e II Encontro da Rede de Ouvidorias Judiciais.

22/08/2022 - Encontro de Ouvidorias Instaladas em poderes e instituições no Rio Grande do Sul.

01/09/2022 - Inauguração da Ouvidoria da Mulher

28/10/2022 - Reunião com Comandante-Geral da BM.

23 a 25/11/2022 – VII Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores.

8. NOTÍCIAS PUBLICADAS

8.1. REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE OUVIDORIAS.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/rede-nacional-de-ouvidorias-realiza-1-reuniao-com-foco-em-melhorias-no-servico-11-03-2022>

O Ouvidor da JME, Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum participou, no dia 9 de março de 2022, da primeira reunião da Rede Nacional de Ouvidorias. Coordenado pelo Conselheiro e Ouvidor do CNJ, Luiz Fernando Bandeira de Mello, e com a participação da Ouvidora Nacional da Mulher, Tânia Regina Silva Reckziegel, o encontro contou com a participação de representantes dos tribunais de todos os segmentos da Justiça, com o objetivo de aprofundar ações de aperfeiçoamento das ouvidorias.

Entre outros assuntos, a implementação da norma do CNJ que padroniza o funcionamento das ouvidorias de Justiça (Resolução CNJ 432/2021) e os desafios para a adaptação das ouvidorias dos tribunais, foi o tema central da reunião.

Foram debatidos, ainda: a instalação da ouvidoria da mulher e disposição de canais específicos para o atendimento; adequação dos atos dos tribunais aos parâmetros fixados pela resolução; a atuação das ouvidorias em relação aos Serviços de Atendimento ao Cidadão; a localização preferencial das ouvidorias nos andares térreos dos tribunais; as condições de acesso por portadores de necessidades especiais e pela população de rua; uso mais intenso de aplicativos e ferramentas tecnológicas pelas ouvidorias, com prioridade para o Balcão Virtual; a inserção com destaque para ícone das auditorias nos sites dos tribunais; o tratamento de denúncias anônimas; e o tratamento aos dados pessoais nos serviços prestados.

8.2. INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO OUVIDORIA.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-inaugura-espaco-da-ouvidoria-03-06-2022>

Em solenidade realizada dia 02/06/2022 foi inaugurado o Espaço da Ouvidoria da Justiça Militar do Rio Grande do Sul. *“A Ouvidoria da Justiça Militar é um espaço de acolhimento, participação, cooperação, sugestões e principalmente um órgão de controle. É um espaço onde administração colaborativa e sistêmica é fortalecida para que o cidadão, em especial o jurisdicionado da nossa justiça militar tenha sua opinião, sugestão, queixa, demanda, atendida e solucionada com celeridade”*, destacou o decano do TJM e ouvidor da Justiça Militar, Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum. O Espaço da Ouvidoria abriga, ainda, o Serviço

de Informações ao Cidadão, a Ouvidoria da Mulher e o Espaço Sinal Vermelho, este último em parceria com as comissões de incentivo à participação institucional feminina e comissão de enfrentamento ao assédio.

8.3. REUNIÃO COM O OUVIDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/R S E PRESIDENTE DO COJUD.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ouvidor-da-jme-reune-se-com-ouvidor-do-tjrs-10-06-2022>

No dia 09 de junho, o ouvidor da JME, Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum, reuniu-se com o Ouvidor do TJRS e presidente do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD), Desembargador Altair de Lemos Junior. Na pauta do encontro, assuntos institucionais inerentes às Ouvidorias. Os magistrados ressaltaram a excelente relação entre os dois Tribunais, bem como sinalizaram a realização de ações que visem ao fortalecimento das ouvidorias.

8.4. APRESENTAÇÃO DA OUVIDORIA DA MULHER À OUVIDORA DA MULHER DO CNJ.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ouvidora-nacional-da-mulher-do-cnj-e-apresentada-ao-espaco-da-ouvidoria-do-tjm-17-06-2022>

No dia 14 de junho, a Ouvidora Nacional da Mulher do CNJ, Desembargadora Tânia Reckziegel, conheceu as instalações do recém lançado Espaço da Ouvidoria da Justiça Militar Estadual.

Os Desembargadores do TJMRS Maria Emilia Moura da Silva, Vice-Presidente, e Sergio Berni de Brum, Ouvidor da JME, apresentaram o local à ouvidora nacional, ocasião em que detalharam os projetos e a estrutura projetada para o Espaço da Ouvidoria.

8.5. DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA JME E VISITA AO ESPAÇO DA OUVIDORIA.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/evento-do-tjmrs-e-destaque-na-agencia-cnj-20-06-2022>

No dia 18/06/2022 a Agência CNJ divulgou matéria destacando o evento que aconteceu no dia 14 de junho no TJM, onde participou a Dra. Tânia Reckziegel, Desembargadora do TRT4 e Ouvidora Nacional da Mulher do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Coronel da Brigada Militar Cristine Rasbold e a da Jornalista e Diretora de comunicação da SSP, Zete Padilha. A publicação informou assuntos debatidos na conversa e descreve ainda a visita da Ouvidora do CNJ ao recém inaugurado Espaço da Ouvidoria do TJMRS.

8.6 IV ENCONTRO NACIONAL DE OUVIDORES JUDICIAIS E II ENCONTRO DA REDE DE OUVIDORIAS JUDICIAIS.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/desembargador-brum-representa-a-jme-no-iv-encontro-nacional-de-ouvidores-judiciais-24-06-2022>

Nos dias 23 e 24 de junho, o ouvidor da JME, Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum, participou do IV Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais e II Encontro da Rede de Ouvidorias Judiciais, realizados no Palácio da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em pauta, temas de interesse das ouvidorias judiciais, como a Resolução CNJ nº 432/2021 - que dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais, da Ouvidoria Nacional de Justiça - e assuntos inerentes ao Colégio de Ouvidores Judiciais - COJUD.

8.7. ENCONTRO DE OUVIDORIAS INSTALADAS EM PODERES E INSTITUIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/encontro-promove-intercambio-de-iniciativas-entre-as-ouvidorias-23-08-2022>

O ouvidor do TJMRS, desembargador militar Sergio Berni de Brum, participou do Encontro de Ouvidorias instaladas em Poderes e Instituições no Rio

Grande do Sul, realizado no dia 22 de agosto, na sede do Tribunal de Justiça, em Porto Alegre.

8.8. INAUGURAÇÃO DA OUVIDORIA DA MULHER.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjm-realiza-live-e-inaugura-espaco-da-ouvidoria-da-mulher-30-08-2022> e <https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-militar-do-rio-grande-do-sul-inaugura-ouvidoria-da-mulher-01-09-2022>

O TJM, por meio da Escola Judicial Militar com apoio da Comissão de Prevenção ao Assédio e Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina promoveu em 01/09 a *live* “Ouvidoria da Mulher”. O evento contou com a palestra da Ouvidora Nacional da Mulher do CNJ, desembargadora federal Tânia Reckziegel.

O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJMRS) inaugurou no dia 01/09 a sua Ouvidoria da Mulher. É a primeira Ouvidoria da Mulher entre as justiças militares do país. Localizado no andar térreo do TJM, o espaço é destinado a receber informações, denúncias, sugestões e reclamações e denúncias sobre temas diversos ligados à mulher no âmbito da Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

8.9. VIDEO – INAUGURAÇÃO DA OUVIDORIA DA MULHER.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/video-inauguracao-da-ouvidoria-da-mulher--09-09-2022>

O TJM, dada a relevância do tema, produziu um vídeo institucional sobre a inauguração da Ouvidoria da Mulher pelo Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJMRS).

8.10. REUNIÃO COM O COMANDANTE-GERAL DA BRIGADA MILITAR.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ouvidor-da-jme-reune-se-com-comandante-da-bm-28-10-2022>

No dia 28/10/2022, o Ouvidor da Justiça Militar, Desembargador Militar, Sergio Antonio Berni de Brum, realizou visita de cortesia ao Comandante-Geral da BM, Cel. Cláudio dos Santos Feoli. Na oportunidade, entre outros assuntos, discutiram a publicação de um termo de cooperação entre a BM e a JME acerca do fluxo de demandas envolvendo a ouvidoria, bem como o Encontro sobre a Ouvidoria da Mulher proposto pela Ouvidora da Mulher da JME, Desa. Mil. Maria Emília Moura da Silva, que será realizado em parceria com a BM no mês de março do ano de 2023, quando se celebra o mês da mulher.

8.11. VII ENCONTRO DO COLÉGIO NACIONAL DE OUVIDORES.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-ao-7-encontro-do-colegio-nacional-dos-ouvidores-judiciais-23-11-2022>

Entre os dias 23 e 25 de novembro a cidade de Macapá - capital do Amapá, recebeu o 7º Encontro do Colégio Nacional dos Ouvidores Judiciais (COJUD). Participaram do evento a vice-presidente e ouvidora da mulher do TJM, desembargadora militar Maria Emilia Moura e o decano da corte e ouvidor do TJM, desembargador militar Sergio Berni de Brum.

8.12. CANAL DE ENTRADA DE DEMANDAS DA LGPD VIA OUVIDORIA.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/site-da-lei-geral-de-protecao-de-dados-da-justica-militar-do-rs-ja-esta-no-ar-20-12-2022>

Desde o dia 20/12/2022, o TJM disponibiliza o site da Lei Geral de Proteção de Dados da Justiça Militar Estadual, que detalha o processo de elaboração do Plano de Ação de Proteção de Dados Pessoais, a legislação sobre o tema, a Política de Proteção e Segurança de Dados bem como os canais de contato do cidadão junto à Justiça Militar. As demandas dos titulares dos dados serão encaminhadas ao Encarregado por meio da Ouvidoria do TJMRS.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No ano de 2022 a Ouvidoria aperfeiçoou sobremaneira os seus serviços, notadamente frente às determinações e orientações do CNJ. A partir deste ano a ouvidoria constituiu-se em órgão autônomo, integrante da alta administração do Tribunal de Justiça Militar e essencial à administração da Justiça.

Assim, no início da gestão, em fevereiro de 2022, o Ouvidor, Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum, propôs e o tribunal aprovou e publicou a Resolução TJM/RS nº 275/2022 (DJE 7.214/2022), que dispõe sobre o funcionamento, a composição e a competência da Ouvidoria da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (SEI 9.2022.0700.000266-9).

A nova resolução contemplou significativas medidas, destacando-se a eleição para ouvidor e ouvidor substituto para um mandato de 02 (dois) anos e a instituição da Ouvidoria da Mulher, que tem autonomia para atuação em defesa dos interesses das mulheres vítimas de violência. Pela importância histórica, grifamos que no de 2022 a Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva foi designada para exercer a função de Ouvidora da Mulher (Portaria nº 115/2022).

Com o apoio incondicional da presidência e direção da corte, a ouvidoria foi contemplada com um espaço próprio, que se encontra localizado no andar térreo do tribunal, de fácil acesso a todos e conta com um servidor efetivo para auxiliar no seu funcionamento (Portaria nº 136/2022). Tais medidas demonstram o flagrante avanço e importância da ouvidoria.

Iniciamos, em conjunto com o Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, estudos e ações para a ouvidoria viabilizar o canal de entrada de demandas inerentes à política de proteção e de segurança de dados, contribuindo para a formulação de políticas relacionadas ao desenvolvimento das atividades constantes da Lei Federal nº 13.709/ 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), conforme art. 3º, IX, da Resolução TJM 275/2022 (SEI 9.2022.0700.001559-0).

O ano de 2022 se notabilizou por significativas mudanças impostas, especialmente pela Resolução CNJ 432/2021, já destacadas no presente relatório, pois agora a ouvidoria exerce suas atividades de forma desvinculada da Corregedoria-Geral. Como órgão autônomo, a ouvidoria implementou uma série de medidas buscando aperfeiçoar a sua atuação.

De forma objetiva, podemos afirmar que a ouvidoria, de forma proativa, implementou uma série de medidas buscando aperfeiçoar a sua atuação e cumpriu com excelência sua missão de entregar um canal permanente de comunicação entre a Justiça Militar Estadual e a sociedade.

Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum,
Ouvidor da JME